**AO JUÍZO DA \_\_ª VARA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ DE PALMAS-TO**

**NOME COMPLETO** em **NEGRITO** E MAIÚSCULO (nos termos do artigo 319 e ss do CPC), brasileirX, portadorX do documento de identidade RG nº\_\_\_\_

e CPF nº\_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_\_e telefone:\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (obrigatório), residente e domiciliadx no endereço:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP: (obrigatório), Palmas, Tocantins, assistido pelo advogado do Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário Católica do Tocantins, nos termos da procuração anexada, vem respeitosamente a Vossa presença propor:

**NOME DA AÇÃO**

Negrito, centralizado, MAIUSCULO, Arial 12

(Quando o autor for menor de idade usar o padrão abaixo)

**NEGRITO** E MAIÚSCULO o nome, qualificação completa do menor, neste ato representado por sua genitora (ou genitor), NOME COMPLETO EM **NEGRITO** E MAIUSCULO, brasileirX, portadorX do documento de identidade RG nº\_\_, e CPF nº\_\_\_, e-mail:\_\_\_\_\_\_\_ e telefone:\_\_\_\_\_\_\_ (obrigatório), residente e domiciliadx no endereço:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP: (obrigatório),Palmas, Tocantins, assistido pelo advogado do Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário Católica do Tocantins, nos termos da procuração anexada, vem respeitosamente a Vossa presença propor:

**NOME DA AÇÃO**

Negrito, centralizado, MAIUSCULO, Arial 12

Em face de (nome em **NEGRITO** E MAIÚSCULO) qualificação completa, nos termos do artigo 319 e ss do CPC, incluindo telefone e e-mail, pelas razões de fato e de direito a seguir expostos:

**DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Preliminarmente, a (o) requerente declara para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da Gratuidade da Justiça, nos termos do inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal c/c art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), o que desde já requer.

**Para as demandas trabalhistas, temos RECLAMANTE e a fundamentação, muda, atente-se**

Preliminarmente, a (o) RECLAMANTE declara para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da Gratuidade da Justiça, nos termos do inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal c/c art. 790 § 3º da CLT, o que desde já requer.

**1) DOS FATOS**

Inicie sempre os fatos na página posterior, deixa a primeira página apenas para a apresentação das partes e o nome da peça.

Nos fatos você deve detalhar tudo que aconteceu que o fez chegar a presente ação.

Lembrando que a formatação padrão para a narrativo dos fatos, bem como para o desenrolar de toda a peça, após a qualificação, exige espaçamento entre linhas de 1,5, paragrafo com 1,5cm, e no caso de citações diretas, exige-se:

o tamanho da fonte é sempre 10, o espaçamento de linha sempre de 1,0 e o recuo sempre 4 cm. Veja que neste modelo além das orientações sobre como confeccionar a inicia, você encontra as recomendações em relação as formatações.

Ah, e lembre-se de nunca terminar uma citação, sem um novo parágrafo. Seja para confirmar o que a citação disse, ou para reforçar o pedido do tópico, que a citação fundamentou.

**2) DO DIREITO**

Na fundamentação você deve invocar a legislação que ampara o seu pedido, devendo sempre a citação de artigos e doutrinas serem recuadas conforme exemplo anterior e repetido abaixo.

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

As citações podem ser espaçamento simples (1,0) e com letra Arial 10 c/ recuo de 4cm. O mesmo ocorre com citações de jurisprudências.

**3) DOS PEDIDOS**

Mediante o exposto requer:

a) Que seja deferido os benefícios da gratuidade da justiça nos termos do inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal, conforme declaração anexada;

b) Que seja concedido o benefício do prazo em dobro, nos termos do artigo 186, § 3 do CPC, para todos as manifestações processuais;

c) Neste momento você deve elencar qual é o pedido principal da ação;

d) Se houver mais de um pedido, relacione todos;

e) Se for um divórcio lembre de perguntar se a mulher deseja voltar a usar seu nome de solteira;

f) Se for menor, lembre se de pedir a manifestação do MP e não definir apenas a pensão, mais também a guarda do menor e as visitas.

g) Não esqueça de pedir a citação do réu e requerer a justiça gratuita;

h) Lembre-se de confirmar se todos os pedidos feitos no decorrer da petição, foram neste tópico informados.

i) Requer a condenação da parte ré, ao pagamento de honorários sucumbenciais, nos termos do artigo 85 do CPC.

Se for TRABALHISTA a fundamentação específica é a do artigo 791-a da CLT

Após os pedidos, deve se verificar sobre os meios de provas, se é documentos, perícia, testemunhas ou demais provas.

Em caso de provas testemunhais, não se esqueça de arrolar as mesmas ao final da peça.

**4) VALOR DA CAUSA**

O valor da causa deve ser o valor do pedido, em caso de revisão de alimentos ou aluguéis, verifiquem a legislação vigente. Se sua ação for apenas declaratória, sem valores, elenque o valor de um salário-mínimo. Se a ação for de alimentos, faça a soma de 12 meses. Na dúvida, confira o artigo 292 do CPC

Dá se a causa o valor de R$ (entre parênteses o valor por extenso)

Nestes termos,

Pede deferimento

Palmas-TO, dia, mês, ano

Ou

Palmas-TO, data do protocolo, certificada pelo sistema.

**WARLISON FELÍCIO DE ARAÚJO**

**OAB/TO 9608**